



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento União dos Estados de Mato
Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia -
Sicredi União MS/TO**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
Campo Grande / MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparéncia na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde atua, além de diversas ações sociais na promoção do bem-estar social e valorização da vida. Podemos destacar dentre os negócios sociais: A excepcionalidade do processo assemblear de 2020 que foi atípico em consequência da pandemia - COVID-19, quando algumas Assembleias Gerais de Núcleo, foram realizadas no formato presencial e outras virtual, culminando com a realização da Assembleia Geral Ordinária de Delegados, em formato totalmente virtual. Ainda no primeiro semestre aconteceram diversas ações sociais, como as do Dia de Cooperar (Dia C), em parceria com os Sescoops-MS/TO/BA e diversas outras cooperativas, de variados seguimentos, nos três estados, com destaque para a campanha “Juntos por Todos”, que consistia na arrecadação de alimentos, roupas e demais itens que auxiliassem as pessoas das comunidades carentes circunvizinhas das Agencias da Cooperativa e ainda, foram realizadas diversas oficinas de Educação Financeira, que iniciou na Semana ENEF e perdurou por todo o ano. Uma grande campanha de Doação de Sangue que envolveu os associados e toda a comunidade na cidade de Campo Grande/MS. Destaca-se ainda, o fortalecimento dos Comitês Mulher, Jovem e Social, com a reestruturação, em especial do Comitê Mulher, que passou a ter atuação regional. Atentos aos padrões sistêmicos de apoios às comunidades, foi instituído o Fundo Social na AGE realizada no mês de novembro. Em clima de celebração, a Cooperativa foi finalista do Prêmio SomosCoop Nacional, com o Projeto do Programa Cooperjovem, que estimulava a inclusão esportiva para alunos portadores de deficiência. Estimulando a economia local, em um momento desafiador, foi criado o “Clube Verde de Vantagens”, que reuniu mais de 300 empresas. Atuando através de ações regionalizadas e preocupadas com o desenvolvimento das comunidades, revitalizamos monumentos históricos como a praça das Araras e a calçada em frente ao Hospital Universitário, em Campo Grande/MS, disponibilização de internet a população de Paraíso do Tocantins, na feira coberta da cidade, e também em Porto Nacional, através da conexão da praça em frente a Agência.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Realização permanente de capacitação e aperfeiçoamento do quadro de colaboradores, gestores, dirigentes e conselheiros; Realização da Assembleia Geral Extraordinária- AGE, para adequação aos modelos padronizados do Estatuto Social, normativos sistêmicos e da cooperativa; Inauguração de seis novas Agencias e outras quatro foram ampliadas e/ou reformadas; Aprimoramento das Gerencias Regionais e implantação de modelos internos de acompanhamento, controle e performance das operações da Cooperativa.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Cooperco com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos: as prorrogações/rempactuações/renegociações dos contratos de empréstimos através de ferramenta específica e criação de uma linha especial denominada COVID-19; adoção imediata das Linhas Oficiais de Credito, como BNDES Giro – Financiamento de diversas Folhas de Pagamento de Pequenas Empresas; Linhas Emergenciais de F.C.O e F.N.O; PRONAMPE – Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); Linha de crédito do Ministério da Economia, denominada PEAC/FGI-Circular 4035.

Assim, a Cooperativa cumpriu com seu papel de indutora e promotora do fortalecimento das atividades de seus associados, prevalecendo sempre o apoio ao desenvolvimento local.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
 CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		2.535.928	1.708.201	PASSIVO		2.245.332	1.475.411
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	34.096	29.252	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.493.257	957.870
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.468.623	1.654.533	Depósitos à vista		426.221	222.156
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	25.896	28.805	Depósitos interfinanceiros		110	-
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	619.810	292.620	Depósitos a prazo		1.066.926	735.714
Centralização financeira	(Nota 04)	389.690	263.339	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		617.715	422.095
Relações interfinanceiras ativas		30	58	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	591.835	404.421
Operações de crédito	(Nota 07)	1.341.310	1.008.894	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	14.908	14.831
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	91.887	60.817	Obrigações por repasses	(Nota 15)	6.349	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(58.545)	(52.638)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	4.623	2.843
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	20.680	25.500	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	880	999
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	25.931	15.627	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	133.480	94.447
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	40.266	30.924	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	290.596	232.790
INTANGÍVEL	(Nota 11)	4.877	5.003	CAPITAL SOCIAL		151.657	127.527
				RESERVAS DE SOBRAS		127.353	95.310
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		11.586	9.953
TOTAL DO ATIVO		2.535.928	1.708.201	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.535.928	1.708.201

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
 (Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União
 MS/TO
 CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22**

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	104.330	240.480	182.291
Operações de crédito (Nota 07)	98.276	228.762	180.312
Resultado títulos e valores mobiliários	6.053	11.717	1.978
Resultado das aplicações compulsórias	1	1	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(43.063)	(115.180)	(91.466)
Operações de captação no mercado	(10.368)	(24.283)	(37.403)
Operações de empréstimos e repasses	(11.379)	(52.810)	(22.976)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(21.316)	(38.087)	(31.087)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	61.267	125.300	90.825
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(30.748)	(62.651)	(40.456)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	32.997	56.838	38.905
Rendas de tarifas bancárias	14.428	26.212	19.471
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(31.364)	(59.162)	(49.875)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(35.136)	(64.957)	(50.633)
Dispêndios e despesas tributárias	(437)	(1.182)	(1.439)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	16.184	27.233	37.679
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(27.420)	(47.633)	(34.564)
RESULTADO OPERACIONAL	30.519	62.649	50.369
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(793)	(2.279)	(206)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(Nota 20)	29.726	60.370
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 20)	1.013	(379)
Provisão para Imposto de Renda	637	(225)	(473)
Provisão para Contribuição Social	376	(154)	(304)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(Nota 20)	(4.564)	(7.622)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	26.175	52.369	42.729

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	103.046	72.656	-	7.476	183.178
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.700	-	-	(7.381)	(3.681)
Outras destinações	-	-	-	(95)	(95)
Capital de associados					
Aumento de capital	22.845	-	-	-	22.845
Baixas de capital	(8.633)	-	-	-	(8.633)
Resultado do período	-	-	-	42.729	42.729
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.318)	(3.318)
Juros sobre o capital próprio	6.569	-	-	(6.804)	(235)
Reserva legal - Estatutária	-	19.907	-	(19.907)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.747	-	(2.747)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	127.527	95.310	-	9.953	232.790
Mutações do Período	24.481	22.654	-	2.477	49.612
Saldos no início do período em 01/01/2020	127.527	95.310	-	9.953	232.790
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	4.934	-	-	(9.847)	(4.913)
Outras destinações	-	-	-	(106)	(106)
Capital de associados					
Aumento de capital	30.372	-	-	-	30.372
Baixas de capital	(14.950)	-	-	-	(14.950)
Resultado do período	-	-	-	52.369	52.369
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.394)	(3.394)
Juros sobre o capital próprio	3.774	-	-	(3.892)	(118)
Reserva legal - Estatutária	-	29.086	-	(29.086)	-
Recomposição do FGR	-	-	2.957	(2.957)	-
Fundo Social	-	-	-	(1.454)	(1.454)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	151.657	124.396	2.957	11.586	290.596
Mutações do Período	24.130	29.086	2.957	1.633	57.806
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	140.998	95.310	-	26.194	262.502
Capital de associados					
Aumento de capital	16.496	-	-	-	16.496
Baixas de capital	(9.611)	-	-	-	(9.611)
Resultado do período	-	-	-	26.175	26.175
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.394)	(3.394)
Juros sobre o capital próprio	3.774	-	-	(3.892)	(118)
Reserva legal - Estatutária	-	29.086	-	(29.086)	-
Recomposição do FGR	-	-	2.957	(2.957)	-
Fundo Social	-	-	-	(1.454)	(1.454)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	151.657	124.396	2.957	11.586	290.596
Mutações do Período	10.659	29.086	2.957	(14.608)	28.094

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 (Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União
 MS/TO
 CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22**

	01/07/2020 a 31/12/2020	(Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	30.041	61.417	54.399	
Resultado do semestre/exercício	26.175	52.369	42.729	
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.866	9.048	11.670	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.170	5.907	10.820	
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(246)	684	(284)	
Depreciação e amortização	3.244	5.733	4.305	
Baixas do ativo permanente	45	237	6	
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	47	(119)	141	
Destinações ao FATES	(3.394)	(3.394)	(3.318)	
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	6.281	86.437	(267.203)	
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.880)	2.909	(24.714)	
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(141.618)	(327.190)	(292.620)	
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	13.426	28	(43)	
(Aumento) em operações de crédito	(265.552)	(332.416)	(331.880)	
Aumento em relações interfinanceiras passivas	111.116	187.414	146.870	
(Aumento) em outros ativos financeiros	(31.481)	(31.070)	(20.534)	
(Aumento) Redução em outros ativos	5.782	4.136	(20.344)	
Aumento em depósitos	270.619	535.387	218.058	
Aumento em passivos financeiros	1.019	1.780	15.805	
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.284	6.426	14.832	
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.038)	(2.585)	(1.487)	
Aumento em outros passivos	49.604	41.618	28.854	
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	36.322	147.854	(212.804)	
Aquisição de investimentos	(7.653)	(10.304)	(2.650)	
Aquisição de imobilizado de uso	(6.628)	(13.771)	(11.979)	
Aplicações no intangível	(824)	(1.415)	(819)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(15.105)	(25.490)	(15.448)	
Integralização de capital	16.496	30.372	22.845	
Baixa de capital	(9.611)	(14.950)	(8.633)	
Fundo Social	(1.454)	(1.454)	-	
Juros ao capital próprio	(118)	(118)	(235)	
Distribuição de Sobras	-	(5.019)	(3.776)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	5.313	8.831	10.201	
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	26.530	131.195	(218.051)	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	397.256	292.591	510.642	
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	423.786	423.786	292.591	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22**

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	26.175	52.369	42.729
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	26.175	52.369	42.729

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com inicio das atividades em 26/08/1988 e sede situada na Avenida Afonso Pena, 2790 - 2º andar, na cidade de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 29 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explanatória; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

No esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

• Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

• Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

• As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativa possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	34.096	29.252
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	389.690	263.339
Total	423.786	292.591

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	8.805	17.091	25.896	28.805
Total	-	8.805	17.091	25.896	28.805
Total circulante			8.805		2.594
Total não circulante			17.091		26.211

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente. Também foram realizadas aplicações com o Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades), com taxa de remuneração de 100% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa	132.272		-	132.272	8.649
Cotas de fundos multimercado	487.538		-	487.538	283.971
Total	619.810		-	619.810	292.620
Total circulante			619.810		292.620

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	18.763	111.437	310.330	293.637	734.167	615.665
Financiamentos	218	8.921	28.575	61.120	98.834	55.127
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.098	30.750	286.773	186.688	508.309	338.102
Total das operações de crédito	23.079	151.108	625.678	541.445	1.341.310	1.008.894
Avalis e fianças honrados	71	-	-	-	71	82
Devedores por compra de valores e bens	-	36	513	822	1.371	466
Títulos e créditos a receber	-	64.596	20.555	60	85.211	57.305
Total de outros créditos	71	64.632	21.068	882	86.653	57.853
Carteira total	23.150	215.740	646.746	542.327	1.427.963	1.066.747
Total circulante				885.636	775.210	
Total não circulante				542.327	291.537	

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	45.772	306	-	-
A	0,50	606.369	452.334	3.023	2.262
B	1,00	537.849	379.407	5.340	3.792
C	3,00	141.299	137.419	4.220	4.123
D	10,00	38.936	42.849	3.883	4.285
E	30,00	16.286	18.454	4.883	5.536
F	50,00	4.769	3.397	2.384	1.699
G	70,00	6.237	5.467	4.366	3.827
H	100,00	30.446	27.114	30.446	27.114
Total		1.427.963	1.066.747	58.545	52.638

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 200.560 (dezembro de 2019 - R\$ 83.031) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 2.205 (dezembro de 2019 - R\$ 896) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas	10.775	92.910	210.114	197.802	511.601	421.685
Rural	4.098	30.750	286.773	186.688	508.309	338.102
Industrial	9	698	710	286	1.703	3.029
Comércio	1.677	23.550	40.550	45.305	111.082	104.943
Outros serviços	6.591	67.832	108.599	112.246	295.268	198.988
Total	23.150	215.740	646.746	542.327	1.427.963	1.066.747
Total circulante				885.636	775.210	
Total não circulante				542.327	291.537	

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	77.078	5,40	67.624	6,34
50 devedores seguintes	197.115	13,80	180.499	16,92
100 devedores seguintes	213.639	14,96	164.280	15,40
Demais	940.131	65,84	654.344	61,34
Total	1.427.963	100,00	1.066.747	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	52.638	41.818
Constituição de provisão	73.302	60.046
Reversão de provisão	(35.215)	(28.959)
Movimentação de baixados para prejuízo	(32.180)	(20.267)
Saldo final	58.545	52.638

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	67.318	174.896	144.794
Financiamentos	5.762	10.978	6.528
Financiamentos rurais e agroindustriais	14.961	29.009	19.569
Outros	61	73	39
Subtotal	88.102	214.956	170.930
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	10.174	13.806	9.382
Total	98.276	228.762	180.312

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 87.396 (2019 - R\$ 62.220).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Titulos e créditos a receber (Nota 07)	85.211	57.305
Rendas a receber	2.816	1.773
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.371	466
Avali e fiancas honrados (Nota 07)	71	82
Operações com cartões	2.251	659
Devedores por depósitos em garantia	167	532
Total	91.887	60.817
Total circulante	90.838	60.034
Total não circulante	1.049	783

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	12.539	15.265
Adiantamentos e antecipações salariais	715	333
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	4.015	4.566
Adiantamentos para Confederação Sicredi	995	985
Impostos e contribuições a compensar	543	529
Pendências a regularizar	910	1.856
Outros	668	1.798
Total circulante	20.385	25.332
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	295	168
Total não circulante	295	168
Total	20.680	25.500

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	13.688	15.716
Imóveis	12.589	14.432
Veículos e afins	1.059	1.244
Máquinas e equipamentos	40	40
Material em estoque	20	18
Despesas antecipadas	187	203
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.356)	(672)
Total circulante	12.539	15.265

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(672)	(956)
Constituição de provisão	(953)	(93)
Reversão de provisão	269	377
Saldo final	(1.356)	(672)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	10.415	7.737
Sicredi Participações S.A.	15.511	7.886
Outras participações e investimentos	5	4
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Outras ações e cotas	1	-
Total	25.931	15.627

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	5.035.689 ON	3.198.950 ON	4	4	10.415.454	7.736.566
Percentual de participação	10.475.075 PN	6.648.533 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	63.311	49.391
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	65.793	52.149
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	92
Valor do investimento	15.511	7.886	4	4	10.415	7.737

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	55.853	(15.587)	40.266	30.924	
Imobilizações em curso	-	15.238	-	15.238	15.113	
Terrenos	-	396	-	396	146	
Edificações	4%	590	(197)	393	417	
Instalações	10%	1.723	(399)	1.324	812	
Benefitícios em imóveis de terceiros	10%	19.412	(8.090)	11.322	8.265	
Móveis e equipamentos	10%	9.338	(2.866)	6.472	3.137	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.595	(395)	1.200	468	
Equipamentos de processamento de dados	20%	6.835	(3.412)	3.423	2.237	
Veículos	20%	726	(228)	498	329	
Intangível		11.413	(6.536)	4.877	5.003	
Investimentos Confederação		11.351	(6.519)	4.832	4.950	
Outros ativos intangíveis		62	(17)	45	53	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Depósitos à vista	426.221	-	-	426.221	222.156	
Depósitos interfinanceiros	-	110	-	110	-	
Depósitos a prazo	5.414	11.842	1.049.670	1.066.926	735.714	
Total	431.635	11.952	1.049.670	1.493.257	957.870	
Total circulante				443.587	245.719	
Total não circulante				1.049.670	712.151	

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020				31/12/2019	
	Repasses interfinanceiros	Recebimentos e pagamentos a liquidar			Total	Total
Total					591.835	404.421

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	30.288	284.965	184.395	499.648	328.092	
Total - Recursos do Crédito Rural	30.288	284.965	184.395	499.648	328.092	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.008	74.520	14.649	92.177	76.328	
Total - Outros Recursos	3.008	74.520	14.649	92.177	76.328	
Total circulante				392.781	332.487	
Total não circulante				199.044	71.933	

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 12/06/2026, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	85	14.823	14.908	14.831	
Total	-	85	14.823	14.908	14.831	
Total circulante				85	9	
Total não circulante				14.823	14.822	

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	490	1.867	3.992	6.349	-
Total	490	1.867	3.992	6.349	-
Total circulante				2.357	-
Total não circulante				3.992	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.205	896
Recursos em trânsito de terceiros	2.418	1.947
Total circulante	4.623	2.843

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020		31/12/2019
Trabalhista	Provável	551		748
Cível	Provável	329		251
Total não circulante		880		999

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	748	140	(337)	551
Cível	251	187	(109)	329
Total não circulante	999	327	(446)	880

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 239; R\$ 2.631 e R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 282, R\$ 893 e R\$ 325), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	85.458	55.509
Provisão para pagamentos a efetuar	9.119	5.902
Cotas de capital a pagar	5.235	2.636
Provisão para participações nos lucros	7.803	6.829
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5.473	4.665
Demais fundos constituidos	1.454	-
Impostos e contribuições a recolher	2.113	1.927
Credores diversos	9.873	9.040
Cheques administrativos	6.608	6.350
Cobrança e arrecadação de tributos	26	325
Pendências a regularizar	318	1.264
Total Circulante	133.480	94.447

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	151.657	127.527
Total de associados	67.410	56.254

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 24.130 (2019 – R\$24.481), sendo R\$ 8.708 (2019 – R\$ 10.269) via integralização de resultados e R\$ 30.372 (2019 – R\$ 22.845), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 14.950 (2019 – R\$ 8.633).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,83% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.892, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 60% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 7% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para a constituição do Fundo Social; destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa;
- 6,10% para a recomposição do Fundo garantidor regional - FGR, conforme deliberação da AGE e prevista até 2022.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	60.370	50.163
Participação nas sobras	(7.622)	(6.657)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	52.748	43.506
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(21.099)	(17.402)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	18.950	13.603
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.557	2.722
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	182	355
Demais adições e exclusões previstas na legislação	32	(55)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(379)	(777)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	25.896	28.805
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	619.810	292.620
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	389.690	263.339
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.245	1.512
Outros ativos (Nota 09)	995	985
Investimentos (Nota 10)	25.930	15.627
Intangível (Nota 11)	4.832	4.950
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	110	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	591.825	404.420
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	14.908	14.831
Outros passivos (Nota 18)	79.851	54.970
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	11.717	1.978
Ingressos e receitas de prestação de serviços	8.383	8.084
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	10.712	29.972
Despesas		
Operações de captação no mercado	1	-
Operações de empréstimos e repasses	52.687	22.976
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	2.721	3.501
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	18.108	17.538

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	181	0,04%	173
Depósitos a prazo	3.680	0,34%	3.349
Operações de crédito	711	0,05%	992

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.205	3.320

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	18.792	34.906	28.180
Benefícios	5.979	11.769	9.436
Encargos sociais	6.472	12.105	10.559
Treinamentos	121	382	1.700
Total	31.364	59.162	49.875

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	864	1.615	1.388
Aluguéis	3.378	6.231	4.618
Comunicação	1.349	2.648	2.432
Manutenção e conservação	2.157	3.978	3.160
Material de expediente	612	1.226	1.049
Processamento dados	926	1.678	1.295
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	4.380	9.210	8.036
Serviços do sistema financeiro	3.237	6.030	5.098
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	7.521	11.966	5.341
Serviços de vigilância e segurança	1.277	2.463	1.915
Serviços de transportes	1.327	2.538	2.769
Depreciação	2.352	4.193	3.092
Amortização (Rateio Confederação)	889	1.534	1.207
Amortização outros ativos intangíveis	3	6	6
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.037	2.585	1.487
Emolumentos e taxas diversas	1.565	2.772	1.247
Outras despesas administrativas	2.262	4.284	6.493
Total	35.136	64.957	50.633

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	1.037	2.585	1.487
Recuperação de encargos e despesas	3.462	6.183	2.668
Ingressos depósitos intercooperativos	3.501	8.378	29.922
Reversão de provisões operacionais	1.619	2.520	2.081
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	564	834	819
Reversão de provisões para passivos contingentes	20	446	187
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	3.177	3.177	-
Variação cambial - Recursos repassados	1.917	1.917	-
Outras rendas operacionais	887	1.193	515
Total	16.184	27.233	37.679

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	5.864	9.562	7.523
Contribuições Cooperativistas	71	143	138
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	574	1.695	1.985
Contribuição Confederação Sicredi	6.432	12.090	10.886
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.220	2.162	2.185
Encargos da administração financeira	3	7	165
Repasso Administradora de Cartões	-	224	500
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.425	2.143	676
Provisões para passivos contingentes	67	327	328
Outras provisões operacionais	1.064	1.967	1.716
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	6.468	8.685	3.549
Risco operacional	525	1.741	1.206
Juros e comissões	1	23	67
Processamento centralizado	1.917	3.729	887
Outras despesas operacionais	1.789	3.135	2.753
Total	27.420	47.633	34.564

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	26.175	52.369	42.729
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	26.175	52.369	42.729

NOTA 27 – COOBIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	200.560	83.031
Total	200.560	83.031

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantem o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	31/12/2020	31/12/2019
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	285.719	227.788
Nível I (NI)	285.719	227.788
Capital principal - CP	285.719	227.788
Capital social	151.657	127.527
Reservas de capital	127.353	95.310
Lucros acumulados	11.586	9.953
Ajustes Prudenciais	(4.877)	(5.002)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.590.120	1.242.869
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	4.526	4.569
Margem de Capital	134.106	92.717
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,97%	18,33%
Situação de Imobilização (Imob)	40.270	30.929
Índice de Imobilização (Imob / PR)	14,09%	13,58%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Luis Guilherme Salles Trindade
Diretor Executivo
CPF: 791.058.079-72

Lucelia Ganzer
Diretora de Operações
CPF: 858.267.071-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20